

Ata nº 009/2017 da Sessão Ordinária, realizada aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete), às 18:00 (dezoito) horas. Reuniu-se na Câmara Municipal de São Mateus - Estado do Espírito Santo, na sede da Câmara, sob a Presidência do Vereador Sr Carlos Alberto Gomes Alves, e Secretariado pelo Vereador Sr Ajalírio Caldeira Vargas. **DO PEQUENO EXPEDIENTE:** A seguir o Sr Presidente fez a abertura da Sessão e após as formalidades regimentais, solicitou ao Sr Secretário que efetuasse a chamada dos Srs. Vereadores, para verificação do Quorum legal, responderam presente os 11 (onze) Srs. Vereadores: Ajalírio Caldeira, Antônio Luiz Cardoso, Aquiles, Carlos Alberto, Francisco Amaro, Jaciara Teixeira, Jerri Pereira, Jorge Recla, Doda Mendonça, Jozail Fugulim, e Paulo Chagas. Assim constatado, o Sr. Presidente convidou o Vereador Sr Paulo Chagas para que efetuasse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. A seguir o Sr Presidente solicitou ao Secretário da Mesa que procedesse a leitura dos expedientes enviados a esta Casa de Leis, e informasse qual a Pauta da Ordem do Dia. Assim sendo, o Sr Secretário, procedeu à leitura que constou do seguinte: **PODER EXECUTIVO:** Leitura do expediente **OF/PMSM/SMGAB Nº 042/2017**, protocolizado sob o nº 000169/2017, da Prefeitura Municipal de São Mateus, com base no artigo 301 da Lei Complementar nº085/2014 que solicita desta Colenda Casa de Leis a Indicação de 02 membros para compor o Conselho da Cidade do Município de São Mateus/ES, sendo 01 Titular e 01 Suplente. O Sr. Presidente tomou a palavra e disse: “Na verdade, foi encaminhado para mim novamente, como ninguém se propôs eu pedi que alguém se manifestasse. Mas não tem problema, foi feita a leitura que fica certificado mesmo que o Vereador Amaro e Aquiles que fazem parte. Leitura do expediente **OF/PMSM/SMGAB Nº 030/2017**, protocolizado sob o nº 000167/2017, da Prefeitura Municipal de São Mateus, que encaminha o **Projeto de Lei nº004/2017**. Leitura do **Projeto de Lei nº 004/2017**, que “Autoriza a Contratação Temporária para Execução do Projeto Bolsa-Capixaba/Programa Incluir e dá outras providências”. Leitura do expediente **OF/PMSM/SMGAB Nº 043/2017**, protocolizado sob o nº 000243/2017, da Prefeitura Municipal de São Mateus, que encaminha o **Projeto de Lei nº005/2017**. Leitura do **Projeto de Lei nº 005/2017**, que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”. **PODER LEGISLATIVO:** Leitura do expediente protocolizado sob o nº **000202/2017**, de autoria do Vereador Paulo Paschoal Chagas e Josimar de Oliveira Mendonça, solicitando que seja concedido espaço no horário da segunda parte do Pequeno Expediente a fim de que o Sr. Valmir José Noventa, membro da Direção Estadual do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, possa se pronunciar referente ao Projeto que prevê as mudanças na Previdência Social e suas conseqüências. Leitura do expediente protocolizado sob o nº **000235/2017**, de autoria do Vereador Francisco Amaro de Alencar Oliveira, solicitando o espaço no horário concedido da segunda parte do Pequeno Expediente a fim de que o Sr. Eliezer Ortolani Nardoto, historiador, possa se pronunciar referente ao Lançamento do seu último livro. **DIVERSOS:** Leitura do expediente **OF.COMDISAM/SM Nº 005/2017**, protocolizado sob o nº **000200/2017**, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de São Mateus/ES, solicitando indicação dos representantes da Câmara Municipal de São Mateus para atuar no Conselho no biênio 2017 a 2019. Leitura do expediente **Ofício SM 001/2017 – GAB. DR. JS Nº 005/2017**,

protocolizado sob o nº **000242/2017**, que “Convida todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Mateus para uma Reunião com o objetivo de apresentar as Emendas Parlamentares de autoria do Deputado Federal Dr. Jorge Silva, destinadas ao município de São Mateus, a realizar-se no dia 02 de março (quinta-feira), às 17h, no auditório do Sindicato Rural de São Mateus (Av. Jones dos Santos Neves, 23 – Centro).” Proposições sujeitas à DISCUSSÃO e VOTAÇÃO: **Indicações nºs 097 e 098/2017** de autoria do vereador Sr. Ajalírio Caldeira Vargas, que solicita: Extensão de rede elétrica com instalação de postes com luminárias na Rodovia BR 381 (trecho compreendido entre os km's 44 e 47) e Extensão de aproximadamente 700 (setecentos) metros de rede de água da Comunidade Km 13 à Comunidade Km 12. **Indicações nºs 099 e 100/2017** de autoria do vereador Sr. Antonio Luiz Cardoso, que solicita: Reparo do buraco situado na Avenida Jones dos Santos Neves, no centro da cidade (em frente à Farmácia São Francisco) e Término do calçamento da Rua Othovarino Duarte Santos, situada no Bairro Nova São Mateus. **Indicações nºs 101 e 102/2017** de autoria do vereador Sr. Aquiles, que solicita: Reparo da pavimentação asfáltica na Avenida Antonio Lougon Moulim, no Bairro Ayrton Senna (nas proximidades da Padaria Pão de Coco e da loja de material de construção „Mãos à Obra) e Manilhamento e aterro do valão situado na Rua Lúcio da Hora (Rua 5), no Bairro Bonsucesso. **Indicações nºs 103 e 104/2017** de autoria do vereador Sr. Carlos Alberto Gomes Alves, que solicita: Iluminação do campo de futebol de areia situado no Bairro COHAB e Calçamento da Rua Júlio Brahim, situada no Bairro Residencial Park Washington. **Indicações nºs 105 e 106/2017** de autoria do vereador Sr. Jerri Pereira, que solicita: Cascalhamento da ladeira situada no Km 25 (Pirola), de acesso à Localidade de Córrego Grande, Distrito de Nestor Gomes e Calçamento da Rua Betim, situada no Bairro Aviação. **Indicações nºs 107 e 108/2017** de autoria do Vereador Sr. Jorge Recla, que solicita: Término da construção da rede de esgoto no Bairro Ayrton Senna e Envie a esta Casa Legislativa Projeto de Lei que “disponha sobre a criação da Guarda Armada no município de São Mateus. **Indicações nºs 109 e 110/2017** de autoria do vereador Sr. Doda Mendonça, que solicita: Iluminação da quadra poliesportiva Antônio Rocha, situada no Bairro Vitória e Patrolamento e limpeza das ruas e avenidas não pavimentadas do Bairro Vitória. **Indicações nºs 111 e 112/2017** de autoria do vereador Sr. Jozail Fugulim, que solicita: Recuperação da Avenida Berlim, situada no Bairro Novo Horizonte e Envie a esta Casa Legislativa Projeto de Lei que disponha sobre a recuperação de débitos fiscais em atraso, no município de São Mateus. **Indicações nºs 113 e 114/2017** de autoria do vereador Sr. Paulo Chagas, que solicita: Recapeamento asfáltico na Avenida Monsenhor Guilherme Schimitz e Sinalização com pintura das faixas na Avenida Monsenhor Guilherme Schimitz, no bairro Sernamby (principalmente em frente à loja Opção Parafuso). **Requerimento nº 016/2017** de autoria do vereador Sr. Aquiles, que solicita: Informe a data prevista para a entrega das casas do programa Minha casa, minha vida. **Requerimento nº 017/2017** de autoria dos vereadores Srs. Jerri Pereira, que solicitam: Que seja convocada a Secretária Municipal de Educação, Sra. Zenilza Pauli e o Chefe de Transporte Escolar do município de São Mateus, Estado do Espírito Santo, Sr. Ubirajara Gomes júnior, para comparecer à câmara municipal na sessão ordinária do dia 02 (dois) de março do corrente ano, para prestar esclarecimentos quanto à

execução dos serviços, bem como sobre os atrasos nos pagamentos dos serviços já executados. O Sr. Presidente tomou a palavra e assim disse: “O convite que se fez à Secretária de Educação foi feito na Comissão de Educação, o Vereador aqui faz um requerimento sendo aprovado pela Câmara, é um assunto que ele abordou ontem que alguns proprietários de ônibus de transporte escolar, eu acho que fica até interessante, fica mais confirmada ainda a vinda da Secretária, então eu acho que não causa nenhum prejuízo a aprovação do requerimento até porque também no requerimento dele ele pede a vinda do responsável pelo transporte escolar.” Retomando a leitura pelo Secretário: **Requerimento nº 018/2017** de autoria do vereador Sr. Jozail Fugulim, que solicita: Realização de audiência pública com todos os segmentos da sociedade mateense para discussão do seguinte tema: “Segurança pública no município de São Mateus”, a ser realizada em local, dia e horário a serem definidos. **Moção nº 003/2017** de autoria do vereador Sr. Amaro e demais Vereadores, que solicita: **VOTO DE APOIO** ao Excelentíssimo Senador, Sr. PAULO PAIM – do PT-RS, pela luta contra as injustiças cometidas pela PEC da Previdência. Em Primeiro Turno **Projeto de Lei Complementar nº 001/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Revoga o § 13 do Artigo 109 da Lei Municipal 237 datada de 02 de setembro de 1992”. Em Turno Único o **Projeto de Resolução nº 001/2017**, de autoria do Poder Legislativo, que “Dispõe sobre as verbas indenizatórias do exercício parlamentar e dá outras providências”. Autoria: Mesa Diretora. Em Turno Único o **Projeto de Resolução nº 002/2017**, de autoria do Poder Legislativo, que “Altera o Artigo 65 da Resolução Nº 003/2009, datada de 01 de junho de 2009 – Regimento Interno”. Autoria: Todos os Vereadores. Após, o Sr. Presidente convidou o Sr. Valmir José Noventa, que se encontra presente. O Sr. Valmir assim disse: “Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, funcionários da casa, público presente, meu boa noite. O que me traz aqui neste espaço, inicialmente agradecer pela oportunidade de poder dialogar com um público tão especial, é em relação a esta questão da reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal que já está em tramitação no Congresso Nacional nas Comissões Especiais. Senhoras e Senhores a Previdência Brasileira, Previdência Social, especialmente na questão Rural está sendo duramente ameaçada pela reforma ora encaminhada pelo executivo ao Congresso Nacional. Na Constituição Federal de 88 os camponeses, ou seja, a agricultura familiar brasileira, através de muita luta, conseguiu importantes conquistas para esse seguimento da sociedade. A aposentadoria integral, salário maternidade, auxílio doença, auxílio acidente, auxílio reclusão, além da aposentadoria integral e aposentadoria para a mulher 55 anos e homem 60. Essa foi uma conquista importante e que ajudou a melhorar bastante as condições de vida de boa parte da população brasileira. Hoje 45 milhões de pessoas, essa Lei, essas conquistas elas foram regulamentadas pela Lei 8.212/91, então a partir daquele dia a agricultura familiar brasileira passou a ter acesso à estes benéficos. Pois bem, agora neste momento nós estamos enfrentando uma situação em que pode ser revertido ou pelo menos dificultado o acesso de toda a classe camponesa brasileira a estes benefícios conquistados lá na década de 88. O que está em cheque? A proposta é elevar a idade homem/mulher para 65, ou seja, mulher de 55 para 65 e o homem de 60 para 65 anos, além de ter que apresentar comprovante de contribuição direta de 25 anos no mínimo. Então não é só ter 65

anos tem que ter no mínimo 25 anos de contribuição. Além do que os outros benefícios como salário maternidade, auxílio doença, auxílio acidente, só vai ter acesso se estiver com a contribuição em dia. Hoje a agricultura familiar brasileira ela se beneficia de um direito como segurado especial, para isso ela paga 2,3% de toda a sua produção bruta, isso significa que a agricultura familiar ela não é isenta da contribuição ela já contribui. Mas agora a proposta que está no Congresso Nacional vai exigir ainda muito mais, além desta contribuição que já é automática e obrigatória nós teremos que também pagar um percentual que vai ser estipulado depois certamente por alguma Medida Provisória. Essa situação, Senhoras e Senhores, praticamente decreta o fim da aposentadoria e do serviço rural e todos sabem que o benefício rural é importante para a maioria dos Municípios brasileiros. Significa que Municípios que tem uma economia menor baseada especialmente na agricultura familiar, esses Municípios terão que fechar as portas ou certamente terá muita dificuldade de caminhar. Então nós estamos aqui para chamar a população para debater este tema devido à importância que ele ocupa na sociedade. Muito se fala de que a previdência tem um rombo. Nós temos que desmistificar isso. Na verdade isso é uma grande mentira. 85,8 bilhões só no ano de 2016 foram recursos não pagos pelas empresas. Então o rombo, boa parte, é porque as empresas não repassaram ao INSS. Das renúncias fiscais dadas pelo governo, 69,7 bilhões. Em 2014 o superávit da Previdência foi de 55,7% em 2015 de 11,1 bilhões. Estes números, olhando para eles, estudando mais a fundo podemos entender que de fato não existe rombo na Previdência. O que existe na verdade é por parte do Governo uma tentativa e para isso precisa do apoio do Congresso Nacional, de tirar direitos dos trabalhadores de maneira geral. Mas nesse caso aqui mas especificamente que é o que eu estou abordando em questão.” O Vereador Amaro pediu a palavra e assim disse: “Parabéns pela sua fala, pelo tema que você está trazendo aqui nesta sessão de hoje. Eu queria dizer a você Valmir que na semana passada eu fiz uma fala referente também ao mesmo tema e aí eu solicitei ao presidente desta Casa para que a gente fizesse um voto de apoio ao Senador Paulo Pain do PT do Rio Grande do Sul, que é um dos poucos Senadores que luta para que essa PEC não seja aprovada como chegou lá no Congresso. A gente sabe que da forma que está lá estão querendo punir aqueles que contribuem para a Previdência Social para que possa, na hora que for necessário ter o seu retorno com uma aposentadoria. E nós sabemos que essa discussão ainda se encontra muito fraca principalmente no Senado Federal e eu tive a felicidade de fazer um contato com o Senador Paulo Pain porque eu assisto muito a TV Senado e ele tem recebido de todas as Câmaras Municipais documentos de apoio aonde ele solicita o apoio das Casas Legislativas e também dos movimentos organizados para que possam fortalecer essa discussão, esse debate, porque a gente sabe que no Governo do Michel Temer, que eu acho que tem criado, acho não, tenho certeza absoluta que tem criado propostas que vem para massacrar parte da nossa população. Congelamento dos investimentos, como já foi aprovado, que a gente nomeou como PEC da morte. É propostas como essa PEC da Previdência que também aqui não deixa de ser uma PEC da morte, então eu queria que Vossa Excelência ficasse ciente de que esta Casa também vai encaminhar esse voto de apoio a essa discussão e que os movimentos sociais também pudessem fazer isso encaminhando para os gabinetes dos Senadores para

que esse movimento se fortaleça e possa ser mudado aquilo que a gente acha e tem certeza que é injustiça dentro desta PEC da previdência. Muito obrigado e parabéns a Vossa Senhoria pelo tema aqui nesta Casa explanado por você.” Com a palavra o Sr. Valmir: “Para concluir, feita uma análise por estudiosos da área, técnicos. Cada família de pequenos agricultores, os dois membros familiar, marido e esposa, se a Lei for aprovada na íntegra, como foi encaminhada para o Congresso Nacional, vai deixar de receber em média pelos 15 anos, 10 anos mulher e 5 anos homem, no mínimo 300 mil reais, considerando o aumento do salário mínimo e esse período todo, 300 mil reais, isso é muita coisa para o Município e para a família. Então nós estamos aqui para pedir a Sra. Vereadora e os Senhores Vereadores o apoio nesta luta. Nós precisamos sensibilizar os Deputados e os Senadores, porque agora depende deles, está na mão dos Deputados e que aqui a gente possa então conversar com nosso Deputado Federal Dr. Jorge Silva para que ele sendo um membro dos 513 membros do Legislativo Federal possa ajudar a barra essa proposta que lá está. Peço também aqui que esta Câmara possa encaminhar uma audiência pública no Município com toda a sociedade, as autoridades, que a gente possa trazer esse debate para o seio da sociedade. A sociedade pouco está entendendo ou debatendo o assunto em questão e é tarefa nossa dialogar com a sociedade e levar o assunto porque a mídia tradicional não vai fazer essa tarefa, aliás, não está interessada nesse assunto, está interessada em tentar provar para a sociedade que os trabalhadores são culpados do rombo da Previdência tem e nós sabemos que a culpa não é nossa. Então além do apoio que a gente precisa de vocês, de todos os membros desta Casa, nesta luta, e eu acredito que isso é possível, também que a gente possa ajudar a pressionar o nosso Senado Federal para barrar essa proposta de reforma da Previdência. É isso o que eu tinha para dizer, agradeço a oportunidade. Peço desculpa pelo prolongamento do tempo e estamos à disposição para a gente também em outras oportunidades continuar debatendo este tema que eu creio ser tão relevante para a sociedade de maneira geral, não só para a agricultura familiar como também para os trabalhadores da cidade, eu abordei mais as questões do campo que aonde eu tenho minha vivência, prática, minha experiência, mas que certamente isso também vai afetar duramente a vida de todos os trabalhadores e trabalhadores da cidade. Muito Obrigado.” O Sr. Presidente tomou a palavra e disse: “Nardoto, historiador, se faz presente o Eliezer? Quero convidar a Sra. Marinalva D. Machado de Almeida, assessora técnica da Prefeitura Municipal de São Mateus para fazer uso da tribuna.” Com a palavra a Sra. Marinalva, que após saudar todos os presentes, assim disse: “Eu estou aqui hoje em nome da Secretária Ana Paula, quero justificar a ausência dela nesta Tribuna porque ela está voltando de Vitória numa reunião do Colegiado de Gestores Municipais e eu vim aqui para fazer uma fala referente ao projeto de Lei encaminhado para avaliação e possível aprovação do Programa Incluir de contratação de profissionais para atuação nesta área e eu vou tentar amenizar as dúvidas e fazer alguns esclarecimentos caso eu consiga e vocês também se eu conseguir responder às dúvidas estarei disposta a fazer todas as colocações. O Programa Incluir ele é um programa do Governo do Estado, ele foi lançado em 2011 pela Secretaria de Estado e Assistência Social e Desenvolvimento Social. Ele vem sendo, chamando os Municípios a celebrar um termo de compromisso de execução desse programa.

Portanto esse programa não é um programa do Município é um programa do Governo Estadual, os Municípios recebem para a execução deste programa 4.500 reais para custear as equipes de atuação neste programa. A responsabilidade de execução é do Município mas quem faz todos os encaminhamentos é o Estado, ele que avalia e ele que cobra as diretrizes, as ações referentes ao Programa. Dentro da resolução deste Programa ele na verdade vem com o objetivo de reduzir a pobreza e a extrema pobreza de todo o Estado do Espírito Santo. Os Municípios quando foram chamados a pactuar eles sabiam que dentro dos territórios de abrangência teriam que fazer todo o levantamento social, todo o estudo social, e levantar dentro da sua demanda toda a situação de pobreza e extrema pobreza e fazer as ações referentes ao programa que vem pactuado dentro de uma cartilha rosa chamada Cartilha do Programa Incluir. E na Lei do programa diz que o Município quando celebrou o termo ele tinha direito a 07 equipes complementares às equipes do CRAS, então cada CRAS tem que ter sua equipe e ele pode contratar até 07 equipes. Essas equipes devem ser compostas, está lá nas diretrizes do Programa, 01 Assistente Social, preferencialmente 01 Psicólogo e 01 técnico de nível médio e quando se diz preferencialmente não significa que tem que ser exclusivamente um psicólogo, mas isso foi pactuado na CIB, na Comissão Intergestores Bipartite do Estado e também no Conselho Estadual de Assistência Social, tem a resolução do Conselho, tem a resolução da CIB que aprova, quando diz preferencialmente é porque a NOBRH SUAS ela traz na sua colocação que as equipes de referência da Unidade do CRAS é 01 Assistente Social e 01 Psicólogo mais os coordenadores. Então é por isso que se diz preferencialmente, a gente entende também como técnico de Serviço Social que é essencial esses dois profissionais para fazerem todo o trabalho de desenvolvimento. Só que a gente levantando a demanda e estudando a questão de regionalização, da cultura, a gente viu a necessidade de ter também nessa equipe 02 educadores físicos, então a gente para fazer os trabalhos relacionados aos serviços dos grupos de convivência em parceria com o CRAS e a gente tentou contemplar também e alguns técnicos de nível médio para a área administrativa que a gente vem trazendo e motorista. Quero aqui lembrar que dentro deste termo de aceite o Município pactuou 07 equipes, então são 07 equipes com essas colocações, pode contratar-se até 07 equipes. Ele é um repasse Estadual, o Município tem o compromisso da execução, ele tem hoje incluído neste programa 313 famílias sendo que cada equipe dessas deveria atender 240 famílias. Nós sabemos também que isso seria assim o auge, mas sabemos que diante da demanda um técnico para acompanhar 240 famílias dentro das instruções e da Normativa que pede o programa, na minha visão, é quase que impossível, mas pelo menos 100 famílias acompanhadas, com plano de acompanhamento familiar, com as diretrizes pactuadas para cada família tanto na sua questão de acompanhamento familiar, fazendo os planos de acompanhamento familiar ou em grupo, traçando as metas junto com a família, com a equipe técnica, a gente entende que se dá para acompanhar. Se pode se contratar 07 equipes deveria ser pelo menos acompanhadas hoje, estarem inclusas neste programa, no mínimo 700 famílias, colocando o cálculo de 7 equipes e hoje, desde 2011 até hoje, no nosso sistema a gente encontrou 313 famílias inclusas com as contratações que foram feitas. O recurso financeiro que vem é exclusivamente para a contratação dessa equipe, ele

não vem para outra destinação, então ele só vem para pagar essa equipe de referência, se caso ultrapassar o Município coloca a contrapartida, mas o Estado não cobra isso. A gente poderia estar avaliando e colocando os padrões salariais dentro deste valor, mas a gente entende também que onerar o servidor, colocando um salário abaixo disso não é viável, então permanece-se o mesmo salário do Município, a gente optou por esta situação, mas por ser um programa que não é nossa, que é do Governo do Estado, a gente está usando a Lei Federal 12.317/2010, que ela vem acrescentando a Lei 8.662/93 que dispõe sobre a duração da carga horária do profissional do serviço social, então a gente está se baseando na Lei nacional por se tratar de programa Estadual. Lá ela diz que a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 horas, é por esse objetivo que a gente está usando 30 horas no Projeto de Lei, a gente está tentando seguir o padrão nacional como outros Municípios do nosso Estado têm feito, como Linhares, Sooretama, Rio Bananal, que a gente tentou buscar, então estão fazendo dentro desta equiparação de carga horária, a gente está seguindo estes padrões. Ela foi sancionada em 26 de agosto e a gente está tentando fazer dentro destas colocações. As diretrizes do programa é a garantia dos direitos sociais, garantias de acesso aos serviços públicos e às oportunidades de ocupação de renda, garantia de desenvolvimento econômico e social em bases regionais e desenvolvimento de ações intersetoriais para o enfrentamento da redução da pobreza. O objetivo geral deste programa é reduzir a pobreza e erradicar a extrema pobreza no Estado do Espírito Santo através do fomento do protagonismo, da autonomia e da emancipação das famílias que vivem nessas condições, viabilizando o exercício de sua cidadania e a inclusão sócio-produtiva, esse é o objetivo do programa. Ele tem os seus eixos de pactuação, o acompanhamento das famílias no SUS, o acesso aos serviços do Estado e logo depois de todo o procedimento e do acompanhamento familiar seria a inclusão produtiva onde essas famílias se emancipariam e andariam com as suas próprias pernas, vamos dizer desta forma, que elas conseguiriam sair dessa situação de extrema pobreza para poder dar os encaminhamentos nos seguimentos da sua vida particular e profissional, esse é o intuito do programa. Eu acho que dentro de todo o processo, se a gente conseguir fazer e treinar a equipe e capacitar a gente consegue diminuir a situação da pobreza, da extrema pobreza, onde a gente sabe que vários Municípios do nosso Estado, não é só em São Mateus, isso é em todos os Municípios, há esse índice de pobreza e extrema pobreza, a gente vai conseguir não erradicar, mas talvez diminuir, não acabar totalmente mas diminuir esse índice e emancipar muitas famílias que vão conseguir evoluir dentro da sua vida profissional, financeira, sócio-familiar, de forma gradativa.” A Vereadora Jaciara tomou a palavra e disse: “Eu só quero questionar assim, eu acho o programa perfeito, não tenho nenhum questionamento, eu só quero te fazer uma pergunta, duas na verdade. Esse projeto de Lei, você falou da questão dos servidores, no art. 4º está dizendo que os servidores elencados no anexo único desta Lei estão sujeitos aos mesmo direitos, deveres e proibições e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os servidores públicos integrantes dos Órgãos que estão subordinados, que é o Município. Então significa que os servidores que estão elencados aqui eles tem que estar dentro do que as nossas Leis dizem. As nossas Leis em relação à jornada de trabalho de Assistente Social e Psicólogo são 20 horas. Então o projeto diz que eles

estão subordinados ao Município, vocês estão utilizando uma Lei Federal para um projeto que é Estadual. Então assim, se eles estão dentro desses direitos, dos nossos servidores, o único questionamento que eu faço e vou fazer no projeto é a questão das 20 horas, da carga horária do Assistente Social e do Psicólogo. E aí a pergunta que eu faço é a seguinte, esse projeto não é novo não é?” A Convidada respondeu: “Ele é de 2011. Na verdade ele já deveria estar vindo funcionando desde 2011. Na nossa visão avaliativa de 2011 até hoje 313 famílias inclusas.” A Vereadora Jaciara novamente a interpelou: “Mas existiam os funcionários, os servidores contratados por designação temporária para esse projeto. Qual era a carga horária?” A convidada assim respondeu: “Alguns 40 horas. Não houve contratação de psicólogo. Assistente Social 20 horas e usaram uma tipologia de Coordenador de Programas, 40 horas.” A Vereadora assim disse: “Então as assistentes sociais eram 20 horas, que é a jornada de trabalho no Município de São Mateus.” A convidada assim disse: “Eu vou tentar fazer a defesa de forma que eu compreendo o seu anseio e compreendo a sua colocação. Quanto à questão salarial e quanto à questão de encargos, 13º, os direitos são os mesmos, quanto à questão da qualidade de trabalho vai ser da mesma forma, isso não vai ser prejudicado em momento nenhum. Mas como eu disse antes, sabendo que nós estamos executando um programa de nível Estadual e por ele ser um programa, ele não é um serviço da Assistência Social, ele é um programa que ele existe e o Governo do Estado pode chegar pra gente amanhã, ou daqui a seis meses e dizer assim, acabou o programa, nós não vamos repassar mais, nós entendemos que o índice de pobreza acabou, então ele não vai mais ser executado. Entendendo desta colocação que ele é um programa e que ele não é um serviço da tipificação nacional do serviço sócio-assistencial, é nessa base que a gente está usando a colocação Nacional de 30 horas. Compreendo a sua indignação e compreendo também talvez os questionamentos que podem vir mas são as colocações que a gente está tentando utilizar por ser um programa do Estado do Espírito Santo.” O Sr. Presidente tomou a palavra e disse: “Eu só quero lembrar, que eu sempre falo que a Câmara decide, que a Câmara ela é soberana, mas eu pedi até para o meu procurador fazer uma avaliação em cima das 30 horas, e ora você coloca que o Prefeito encaminhou no projeto 30 horas e interessante que tem uma Lei 12.317/10 que diz o seguinte (Leitura da Lei), na verdade, naquela época, a Assistente Social trabalhava 40 horas, mas aí no art. 1 da Lei 8662/93 passou a vigorar acrescida do art. .5º”a” que diz que a duração do trabalho da Assistente Social é de 30 horas semanais. Isso quer dizer que isso aqui é uma Lei Federal. Uma Lei Federal ela está acima das nossas Leis e, diga-se de passagem, ela foi sancionada pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, que reduziu de 40 para 30 horas. Estou querendo dizer que na verdade o que a gente precisava era passarmos de R\$ 1.650,00 pelo menos para R\$ 3.000,00 no mínimo para poder valorizar o profissional Assistente Social. Mas nós sabemos que o valor ora repassado é um valor que vocês tem que fazer um malabarismo para poder encaixar 07 equipes e muitas vezes se perde na qualidade, que na verdade era para ter pelo menos duas Assistentes Sociais em cada equipe dessa aí para poder fazer um trabalho. Nós conversamos ontem sobre isso, mas antes mais ou menos do que nada. Então é um projeto que tem uma data de validade e que se encerra agora dia 28 de fevereiro. Eu pedi que fosse feita a

inclusão para leitura, vou suspender a sessão pelo tempo necessário para que se faça a apreciação na Comissão de Constituição e Justiça para nós votarmos hoje o projeto. Gostaria de sugerir aos nobres pares que não fizessem alteração na questão da hora, da redução do número de horas, porque não cabe. Quando nós temos conhecimento de que é uma matéria que nós vamos colocar aí e é inconstitucional nós não devemos cometer erros, mas respeito a opinião do plenário. Agradeço pela sua presença, sempre que for necessário nós a convidaremos para dirimir as dúvidas que os parlamentares desta Casa possam ter. Obrigado.” Logo após a palavra foi passada para o Vereador Amaro, que após saudar a todos, assim disse: “Antes de eu entrar no tema desta noite nesta sessão eu queria aqui publicamente agradecer e ressaltar o trabalho e a contribuição de um morador lá da nossa comunidade do Bairro Litorâneo, que semanalmente vem ajudando a nossa comunidade, prestando serviço totalmente voluntário. Nosso bairro ainda está sendo abastecido por carro pipa e esse morador prontamente, todos os dias, acompanha esse carro pipa, auxilia os moradores, trabalha de sol a sol e ele se faz aqui presente, ainda tira um tempinho para vir aqui assistir a sessão, eu estou falando aqui do Jocimar da Cruz Silva, gostaria que ficasse de pé, deixo aqui meus agradecimentos ta Jocimar, a gente precisa de moradores e pessoas cidadãos como você e tantos outros que tem na nossa comunidade, por isso eu peço aqui uma salva de palmas para você, porque é merecido, muito obrigado. Mas Sr. Presidente, de forma rápida até porque nossa sessão hoje ela vai ser um pouco prolongada, eu queria aqui mais uma vez chamar a atenção dos nobres pares, nós já estamos nos encaminhando para o nosso terceiro mês de mandato e nós precisamos tomar uma iniciativa no que diz respeito ao nosso sistema de abastecimento de água, o SAAE. Só para vocês terem uma idéia, Srs. Vereadores, eu pedi um levantamento, Sr. Presidente, de um determinado bairro, mil ligações dos usuários desse bairro, dessas mil ligações, Sr. Presidente, nós temos quase 900 ligações com débitos, umas ativas outras cortadas, débitos que tem uma variação de R\$ 30,00 a R\$ 525,00. Então, Sr. Presidente, em um determinado bairro o SAAE tem uma inadimplência, convive com ela, só nesse bairro aqui tem quase 150 mil reais, então se a gente for fazer o levantamento do Município todo é uma coisa assustadora. Como uma entidade vai sobreviver dessa forma, não tem como. Arcaico, presta um mal serviço e o pouco serviço que é prestado ainda tem essa deficiência, essa inadimplência. Então Senhores Vereadores, eu quero aqui mais uma vez alertar, eu acho que se existir alguma indiferença a gente precisa deixar isso de lado, até porque é responsabilidade nossa, nós somos legisladores, nós temos que puxar essa discussão. A legislação passada, o Prefeito passado, passou 08 anos e não conseguiu fazer isso e nós temos um mandato de 04 anos, se não tomarmos a iniciativa agora para que a gente possa ganhar tempo, fazer essa discussão junto com o Legislativo, Executivo e a sociedade nós vamos ficar aqui 04 anos assim como eu estou aqui nessa tribuna hoje, alertando, reclamando e não conseguindo chegar a lugar nenhum. Então Srs. Vereadores, eu queria que a gente pudesse, talvez essa semana ainda ou depois do feriado, sentar os Vereadores, ir até o Prefeito e puxar essa discussão. Então, Sr. Presidente, eu queria deixar mais esse alerta para a Câmara Municipal a qual eu faço parte, e que a população também, agora está bom, nós temos água doce, está tranquilo, agora está bom o grande

problema é que a gente só lembra do problema na hora que água fica salgada e aí a população sofre tendo que pagar água salgada, ser atendida por carro pipa e aí vem aquele desespero e o tempo vai passando. Então Srs. Vereadores eu deixo aqui esse apelo, convido a sociedade para que possa usar as redes sociais, a mídia para cobrar da Câmara de Vereadores, do Prefeito, cobrar de quem tem responsabilidade com isso. Eu deixo aqui o meu apelo e convoco a população, a sociedade para que possa participar também desse debate e dessa cobrança para que a gente possa realmente tomar uma decisão e fazer valer aquilo que a população quer. A população paga e tem seus direitos e nós recebemos e temos nossos deveres de legislador. Boa noite a todos.” Logo após foi dada a palavra à Vereadora Jaciara, que após cumprimentar a todos, assim disse: “Eu não fiz nenhum requerimento hoje, eu queria fazer um requerimento verbal aqui, justamente o requerimento que o nosso companheiro Valmir Noventa Colocou aqui, da Audiência Pública, que esta Casa de Leis realize audiência pública para discutir as alterações, a reforma da Previdência. Eu estive este final de semana no encontro promovido pela Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores em Brasília, um encontro com as mulheres eleitas de todo o Brasil do Partido dos Trabalhadores e uma das falas foi justamente a questão da Previdência voltado para os prejuízos que as mulheres terão com a reforma da Previdência. Valmir falou um pouco aqui mas deu mais ênfase aos agricultores, aos rurais e eu também tomei esse conhecimento, já ia também falar sobre isso, da questão da Previdência e os impactos na vida das mulheres. Então eu acho que é importante sim esta Casa realizar uma Audiência Pública, esse é o nosso papel, de informar a população, de colocar o debate para a população e eu faço esse Requerimento de Audiência Pública para a gente discutir a reforma da Previdência. Esse é o meu requerimento aqui verbal para ser votado aqui nesta Casa. Uma boa noite.” Após a palavra foi dada ao Vereador Paulo Chagas que, após cumprimentar todos da mesa assim disse: “Quero dizer uma coisa, quando eu e o Vereador Doda decidimos fazer o requerimento, convidar o nosso companheiro Valmir Noventa que tem uma caminhada bonita, importante, na vida dos trabalhadores, não só do interior, do campo, da agricultura familiar, mas num contexto geral, isso nos dava impulso, muitas condições de poder estar aprofundando o debate. Para nós, no momento, seria o debate o mais essencial porque o que nos pega de cheio é o que nos mata no momento é a reforma da Previdência. Mas a gente sabe que a nível Federal não é só isso, tem também a venda das terras brasileiras para estrangeiros, que é uma vergonha para esse país. O Governo interino que está aí, Michel Temer, está acabando com todos os programas sociais que foram adquiridos ao longo da história de um duro trabalho conquistado pelos movimentos sociais, pelo movimento sindical que nós iniciamos ali no final da década de 1970 e conseguimos na Constituição de 88 ter muitos ganhos para a classe trabalhadora. Isso é um massacre, da mesma forma querem judicializar a política no país. Parece coisa que o Judiciário é que está legislando neste país e legisladores são Deputados Estaduais, Federais, o Senado Federal, não é Desembargador, Juiz, Juiz é para aplicar a Lei. Precisa que haja mais respeito com a classe trabalhadora de nosso país. Nós não podemos conceder isso. Todos os impactos tem a mão da malvadeza em cima. Será que nós vamos ficar dessa mesma forma? As dívidas sociais do país são muito grandes, com habitação, com

saúde, com agricultura, com saneamento básico bacana, aí no tocante da água, que o Vereador Amaro colocou aqui, Sr. Presidente, é de muita urgência, tanto é que nós entramos com um requerimento aqui pedindo, já, fazendo uma Lei para a recuperação das nascentes. A água vem de cima, quando a água chega aqui ela já está no mar, ela já está salgando. Se nós não precavermos essa situação, como é que vão ficar os Municípios que abastecem o Rio Cricaré que é a fonte mãe? Então precisa que haja esse repensar da história e esse reconstruir com muitas mãos, não é uma mão só, não é só o Governo Federal, não é só o Governo Estadual, não é só o Governo Municipal, somos todos, esse cuidar da mãe natureza, o cuidar da mãe terra. É preciso que haja essa compreensão. Eu fico um pouco triste quando eu vejo na legislação a imposição da legislação. Estou me referindo ao projeto que está aqui hoje em votação no tocante da carga horária. A ditadura já acabou, precisa ir para o diálogo. Um projeto deste tamanho, da tamanha importância que tem, que se fala em incluir e da grande pobreza que tem em nosso Município ele precisa ser repensado Vereador Amaro, precisa Jerri Pereira, precisa Temperinho. Eu sei onde você mora na Cacique, na Beira Rio. A gente conhece a Vila Verde. A gente conhece as ladeiras do Vila Nova. A gente conhece o bairro Vitória, o Aroeira. A gente conhece São Mateus. Por conhecermos São Mateus é que precisa repensar o orçamento deste Município, não pode ser pensado para 20% da sociedade. Então eu sou defensor dos trabalhadores. Essa carga horária ela está muito além. O salário está muito abaixo do esperado. E a gente não poderia votar, Presidente, este projeto da maneira que está aí, não podia. Nós não poderíamos de jeito nenhum, é impossível melhorar a qualidade de vida, como é impossível passar São Mateus a limpo da maneira que ele é discutido. É muito rápido, quando chega as coisas, já chega batendo na testa da gente e a gente se sente num enforcamento, não é, Vereador Aquiles? Obrigado a votar porque chega em caráter de emergência. Por isso que eu volto a falar, precisamos de ter essa interação, o interagir não pode faltar o diálogo, o Executivo e o Legislativo precisa está se conversando, e conversar muito porque tem muitas coisas na contramão. A gente sabe da vontade que tem o Daniel de acertar. Nós sabemos da vontade que tem de acertar esta Casa, tem vontade, os Vereadores tem demonstrado isso aqui, mas o Presidente disse que vai suspender a sessão. Eu sou vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, junto com o Vereador Aquiles, com Jerri, nós vamos estar analisando, com Jozail, nós vamos estar discutindo melhor, olhando com carinho porque nós não queremos travar, o bom motorista não dirige com os freios, dirige com o acelerador. Muito obrigado.” Com a palavra o Vereador Jozail que após cumprimentar a todos, assim disse: “Vou ser rápido aqui porque hoje a noite vai ser mais prolongada. Eu vou falar sobre a Indicação 112/2017, que envie essa Casa de Leis projeto de Lei que dispõe sobre recuperação de débitos fiscais em atraso no Município de São Mateus. Gostaria de fazer aqui uma colocação, o Vereador Amaro, agora a pouco ele falou sobre um bairro que de mil ligações de água no Saae 900 estão inadimplentes. Gostaria só de lembrar que essa inadimplência ela pode ter ocorrido no período da água salgada. Eu acho que eu tenho que concordar com alguns que de repente não pagaram suas contas por não ter recebido água potável nas suas torneiras. Tudo bem, não justifica o não pagamento mas este projeto que a gente está mandando aqui, que a gente está indicando aqui, o REFIS ele visa isso aí. Na verdade ele não

isenta o usuário do não pagamento da sua dívida, mas ele evita de pagar os juros, a correção que tem sobre aquele valor. Se o cara não tem condições de pagar o valor que está na taxa muito menos o juro. Então na verdade aqui, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, propus a presente indicação à esta Casa de Leis para que seja devidamente apreciada pelos nobres colegas uma indicação para o Executivo Municipal para criação de um projeto de Lei para instituir o programa de recuperação fiscal no Município de São Mateus no ano de 2017, concedendo a dispensa de multa e juros de todos os tributos e taxas municipais em atraso decorrente de fato gerador até 31 de dezembro de 2016. Estou falando desses débitos que foram do ano passado. Então que o REFIS seja aplicado esse ano. Isso vai do entendimento do Executivo, só quem poderá fazer isso aí é o chefe do executivo, isso é apenas uma indicação do legislativo. O REFIS Municipal 2017 constituirá uma oportunidade primordial para que muitos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, quitem seus débitos fiscais em atraso junto à Fazenda Pública Municipal, eis que é um mecanismo que se destina a regularizar créditos fiscais decorrentes de tributos municipais, dentre eles os impostos ISSQN, que é o imposto sobre qualquer natureza, o IPTU, que a gente conhece aí e o ITBI, que é o imposto de transmissão de bens imóveis. Devemos lembrar que a grave crise que abala a economia do país vem afetando sobremaneira as finanças dos contribuintes, incluindo-se aqui os mateenses, com reflexos inequívocos no pagamento de tributos municipais. Dessa forma, a presente indicação deve ser aprovada pelo Poder Legislativo e considerada sua formalização pelo Poder Executivo, haja vista o momento delicado porque passa nossa economia em nível Municipal, Estadual e Federal. Peço o apoio de todos os colegas na aprovação dessa indicação. São centenas de pessoas que estão passando por esse momento, então acho que é o momento de se repensar. Se você tem uma dívida lá, você não consegue pagar o valor, por exemplo, uma tarifa de água de R\$ 100,00, mas se isso vem acumulando ao longo dos meses aí, se você não consegue pagar aquela taxa, muito menos os juros. Então seria uma forma da gente estar melhorando a nossa receita, é um dos objetivos. Vou falar um pouquinho com vocês sobre o REFIS para o SAAE. Em 2013 ele só durou na verdade o ano de 2014, foi indicado já. A gente vai estar fazendo para a próxima sessão o REFIS específico para o SAAE. Porque aí evita até do Presidente lá estar sendo abordado todo dia por usuários que querem isenção da taxa e ele não tem condições de fazer isso, ele não tem poder pra isso, mas se a gente fizer através de indicação que o executivo acate isso aqui eu acredito que possa mudar esse quadro aí. Então para a próxima sessão, Sr. Presidente, a gente vai estar fazendo essa indicação. Em relação aos 03 tributos que nós falamos agora, ele só durou de maio a setembro de 2015 e foi pouco divulgado. Isso a gente conversando com o pessoal do cadastro lá, estava conversando com uma pessoa que já trabalha lá a muito tempo, ele me falou o seguinte, que faltou divulgação para que os usuários soubessem e pudessem fazer, aproveitar a oportunidade para efetuar seus pagamentos com os devidos descontos. Falar um pouquinho aqui para vocês porque o meu tempo vai ser só sobre isso mesmo. Sobre a realização de audiência pública, com todos os seguimentos da sociedade mateense para discussão do seguinte tema, segurança pública no Município de São Mateus, a ser realizada em local, dia e horário a serem definidos. Eu quero chamar a atenção de vocês, nós temos uma deficiência no

nosso município em que as pessoas, os moradores, os usuários não tem ciência. Então para que isso chegue, para que todos tomem conhecimento a gente precisa fazer desta forma. Nós temos hoje no batalhão um total, para nossa área, de 88 viaturas, dessas 88, 30 estão sucateadas, 30 estão aqui no fundo do quartel que os senhores não sabem, Então é muito fácil falar que tem 88, mas na verdade não funciona. Desse total aí, de repasse para manutenção desses veículos eram R\$ 16.000,00 para cuidar de 88 viaturas, agora são repassados pelo Estado somente R\$ 6.000,00. Onde a gente consegue fazer manutenção de um monte de viaturas com um valor tão pequeno? Alguém está mentindo ou alguém está fazendo mágica. Então eu vejo que nós precisamos trazer essas notícias à tona para que vocês tomem conhecimento, para que vocês saibam a realidade por que passam os nossos policiais militares no município de São Mateus. Esse movimento que está acontecendo agora, isso foi a gota d'água, isso já vinha em discussões há muito tempo e o Governo nunca quis ouvir a categoria. Então eu estou aqui, como eu falei na última sessão, com o coração partido, porque eu sou povo e sou militar também, então essa audiência ela vai vir para a gente poder mostrar a verdade para vocês. Por isso eu vou estar convocando toda a sociedade para participar. O Vereador Paulo Chagas pediu a palavra e disse: "Gostaria de contribuir em sua fala com uma parte, quando o Senhor fala da manutenção, nós dos quilômetros, desde que surgiu um assalto grave na família Ferrari lá no Km 18, a família foi toda amarrada dentro de casa e levados todos os bens praticamente. Nós iniciamos uma jornada de audiência pública nas comunidades, o Coronel, o Major, o Sargento Robson, eu quero até citar aqui, tem dado uma atenção muito importante para a nossa região, o Sargento Souza. Isso foram reuniões de ter 300 a 400 pessoas, foi fraquejando, só que a gente sabia que tinha gasolina para andar 70 km só, então o ladrão chegava 3 vezes na frente do que o policial. Mas quando a gente ligava para os responsáveis e falava sobre isso eles se omitiam da informação. Então nós não podemos pecar por omissão, a sociedade precisa revitalizar, buscar os seus direitos porque se a gente não souber verdadeiramente o que está acontecendo, fica difícil discutir. Eu volto a dizer, quando vai para o debate do orçamento é preciso realmente ser orçamento participativo, ele não pode ser enganativo, porque o resultado da enganação vem aí. O ladrão tem arma, o policial não tem, o produtor não tem. Aonde nós vamos buscar a solução. Eu queria que fosse apresentado um plano "B", não tem jeito, tem que apresentar um plano "B" para a sociedade. A sociedade está pagando com a vida e nós não podemos pagar essa falta dos governantes com a nossa vida." O Vereador Jozail retomou a fala, assim dizendo: "Gostaria de falar para vocês que no nosso Município nós contamos aqui em nossa área com 10 viaturas, para percorrer 300 km por dia sendo que cada uma delas pode percorrer somente 30 km, ta Sr. Paulo Chagas, a situação ainda é mais complicada do que se imagina. Então porque que vocês ligam para os responsáveis lá e eles não falam? Porque o regulamento ele é arcaico, ele atrofia a mente mesmo, ele não pode falar, ele é o comandante e é proibido de falar. Eles tem a cara deslavada, mentem sem vergonha e descaradamente. Então falar para vocês que quando a gente tem aqui um homicídio, se a gente registra aqui um homicídio que baixa uma viatura dessas para fazer um flagrante no DPJ, das duas viaturas que tem no Município uma fica fazendo o atendimento ou ela vai lá para o DPJ para dar cobertura para a outra viatura

dependendo do grau de periculosidade. Falar sobre o nosso DPJ também é um grande problema, porque eles estão para entregar o prédio. Não tem acessibilidade, se você estiver com um preso que for deficiente físico, o investigador, o escrivão ele tem que descer para tomar o depoimento do preso aqui embaixo. Não tem um local para o policial e até mesmo para o preso que tem que ser tratado assim, você tem que dar a água, o alimento para o preso, tem que deixá-lo usar o banheiro e não tem isso naquelas dependências. Então isso na primeira semana de paralisação o pessoal do Sindicato dos Policiais Cíveis estavam vindo a São Mateus exatamente para poder pedir a saída da equipe de polícia civil daquele prédio. Não tem mais condições de ser mantido. Então tem um monte de coisa que está mascarada, pegar uma criatura feia, pintá-la e fica bonita. Ali está assim, um boneco feio, bem maquiado e que engana as pessoas. Então nessa audiência vamos tentar, vou pedir o apoio e a colaboração de todos os pares para a gente fazer uma audiência de responsabilidade para que toda a sociedade saiba realmente o que está acontecendo, o que corre por baixo dos bastidores e que a sociedade não sabe. Você pode ligar agora no 190 e tentar tirar qualquer informação deles, você não vai conseguir, porque aquilo ali é tudo gravado e se ele fala a punição vem depois via email ou até mesmo whatsapp. É desse jeito que funciona. Então gente, eu gostaria de pedir, a gente vai estar vendo uma data, que seja uma data boa, uma data oportuna para estar chamando todos os seguimentos da sociedade para a gente botar em pratos limpos tudo o que vem acontecendo com a segurança do Município. Já que é responsabilidade do Município tratar da segurança também, então nós vamos mostrar a verdade, vamos falar tudo que esta acontecendo sem esconder, doa a quem doer. Muito obrigado.” O Sr. Presidente tomou a palavra e assim disse: “A coordenadora do programa fazendo uma explanação que trata do projeto Bolsa Capixaba Programa Incluir. Temos aqui várias assistentes sociais que já prestaram serviço nessa área no município, eu tive aqui uma sugestão aqui, o Vereador Aquiles, fazer uma emenda e outros Vereadores fazerem uma outra emenda. Eu gostaria colocar à apreciação do plenário. Se o plenário entender que devo suspender os trabalhos para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, eu farei. Se plenário entender que não devo suspender e deixar o projeto para ser votado numa outra sessão, no caso dia 02 de março, na outra quinta feira, nós o faremos. Na verdade, no dia 28 de fevereiro vai se encerrar o atual serviço ora prestado. Essa aqui é a informação que nós temos. É o Projeto Incluir que também foi prorrogado. Eu vou quebrar o protocolo. Você poderia só esclarecer se eu estou enganado ou não?” A coordenadora do projeto assim respondeu: “O do Incluir já acabou. O Município terminou o contrato em 31 de dezembro e a gente já recebeu as parcelas de janeiro, fevereiro e março e a gente tem que contratar as equipes se não a gente não recebe as próximas parcelas. Se a gente não informar que contratou equipe as próximas parcelas não vão cair na conta. Mas a gente sabe que a gente tem a demanda para atender porque a gente dentro do levantamento que foi feito a gente sabe que tem a demanda para atender. Então assim, o Estado está chamando o Município na responsabilização para a execução do processo seletivo e fazer a informação na verdade da contratação da equipe, nós temos até 30 de março para mostrar a equipe contratada já e efetivando os serviços. A equipe contratada, mas é sempre bom lembrar que a gente tem o prazo para publicação de

edital, o prazo para apresentação de documento, prazo para contratação dos profissionais. Agora do SUAS ele ainda vai vir um outro projeto de Lei referente à contratação do Sistema Único de Assistência Social que é dos serviços e projetos da Secretaria de Assistência. Se a gente não encaminhar até 30 de março, vou voltar a dizer, toda a efetivação contratada a gente perde o repasse para o programa para o Município de São Mateus.” O Presidente tomou a palavra e assim disse: “Obrigado Marinalva” e passou a palavra para a Vereadora Jaciara, que disse: “Olha só, se já foi cancelado desde dezembro esse projeto já era para estar aqui a muito tempo. Nós já voltamos aqui com urgência urgentíssima quebrando todos os intertícios da educação, compreendendo as questões da educação, a gente já teve esse problema, tem esse agora, o do SUAS que parece que vai acabar dia 28 e nem entrou nesta Casa ainda, significa que vai entrar da mesma maneira, eu entro hoje tem que votar hoje sendo que o negócio já era para estar aqui. Então 30 de março, se tem a contratação até 30 de março é só deixar todo o processo seletivo pronto, foi aprovado aqui e publica no dia seguinte. Com os prazos normalmente, eu penso que a gente tem que deixar esse projeto para fazer a discussão correta e votar só na próxima sessão.” O Sr. Presidente retomou a palavra e disse: “Como eu falei eu quero saber se todos os Vereadores estão de acordo. Todos? Estão de acordo para deixar para votar no próximo dia 02. Vai para as Comissões. Só lembrando que a próxima reunião das comissões seria na segunda-feira, mas vai ser aprovada hoje aqui a mudança para toda segunda feira às 16hs. Então vai acontecer de novo a discussão disso aí. Então não é que está retirado de pauta, vai ficar para fazer o trâmite normal, vai para as Comissões pertinentes e será discutido no dia 02, provavelmente será votado no dia 02, no dia 03, sexta feira, será encaminhado ao Executivo. Tem um tempo razoável para poder fazer a discussão. Os Vereadores, por gentileza, eu vou sugerir aqui aos nobres pares para que votemos em bloco aqui as indicações.” **DO GRANDE EXPEDIENTE:** Em seguida o Sr. Presidente passou para a **ORDEM DO DIA:** E submeteu em discussão e votação: **Indicações nºs 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114/2017.** Em DISCUSSÃO. Em VOTAÇÃO: Aprovadas por Unanimidade. Em DISCUSSÃO: **Requerimento nº 016/2017.** Em DISCUSSÃO: Com a palavra o Vereador Aquiles, que após pedir dispensa das formalidades legais, assim disse: “Esse requerimento se baseia no projeto do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. Hoje recentemente o Presidente Michel Temer está lançando outro programa Minha Casa Minha Vida, haja vista que vários Municípios do país tem essas casas e não são concluídas, não são entregues. Hoje, os vândalos estão invadindo. Aí a pergunta é a seguinte, porque existem muitas assistentes sociais, fazem parte deste programa, desta pasta, e essas casas não foram entregues. Eu sei que não faz parte delas entregarem, acho que é o Executivo junto com a Caixa Econômica Federal, mas hoje nós temos várias casas dentro do nosso Município, depredadas, invadidas por vândalos e o Governo me faz um outro programa de repente até o nosso Município vai ser acariciado com mais casas para ficar na mesma situação. Acho que deveria, aí eles falam, é crise. Crise construindo casa e deixando o vândalo invadir? Então eu penso que o Município deveria rever essa situação junto à Caixa Econômica Federal e ao Governo Federal a entrega dessas casas. Eu acho que hoje nós temos bairros aí, quem conhece, muitas casas fechadas, outros

vendendo casas lá que hoje nós temos no Village muita gente vendendo casas e estão ficando por isso mesmo, mas que tem, como diz o nosso amigo Paulo Chagas, hoje a situação do nosso país eu acho que não tem crise ela tem sim falta de planejamento e organização, muito obrigado.” Em DISCUSSÃO. Em VOTAÇÃO: APROVADO por unanimidade. Em DISCUSSÃO: **Requerimento nº 017/2017**. Com a palavra o Vereador Paulo Chagas que assim disse: “Quero só fazer um adendo no Requerimento no nobre Vereador Jerri Pereira. Ontem, houve uma reunião e não estavam todos os Vereadores, mas eu fiquei presente nessa reunião um período e vi a necessidade que tem de se conversar isso, de dialogar. Porque eu, pessoalmente, já fui parado na estrada por várias vezes, por vários empreendedores desse trabalho e, Presidente, a situação é crítica. É de fazer dó alguns prestadores de serviço, ou quase todos, ou todos com dívida nos postos de gasolina, com dinheiro e restos e receber uma grande parcela do Município, precisar tocar o serviço da educação, serviço de qualidade e não ter como abastecer os ônibus. Ontem a conversa foi, só temos recurso para 03 dias de combustível, como solucionar isso? Só existe um jeito, dialogar, sentar na mesa, todo mundo junto encontrar a melhor forma, o melhor caminho para que possamos ter um serviço de qualidade. Além de nós não termos ainda iniciado o serviço de melhoramento das estradas, se alguém pegar o carro aqui e for destino às laterais, depois saindo do asfalto, todas as estradas estão nas piores condições que você possa imaginar. Se eu fosse proprietário de um ônibus eu perderia o contrato mas não perderia os meus carros e não arriscaria as vidas de tantas crianças que vão para dentro desses ônibus. Então é uma vergonha, nós não podemos permitir que falte o diálogo para resolver esse problema. É uma boa pedida, a Secretária vai nos ouvir, vai ouvir todo mundo, a Jaciara já pediu, o Jerri reforça o pedido e é assim que vamos construir uma São Mateus melhor, obrigado.” Com a palavra o Vereador Francisco Amaro, que, após pedir dispensa das formalidades, assim disse: “Eu queria aqui discordar um pouquinho do meu companheiro Paulo Chagas. Eu acho o seguinte. Eu acho que cada pasta o Secretário ou a pessoa que está respondendo por ela tem que dar conta do recado. Se tem um Prefeito, é porque tem problemas que a cidade precisa de um Prefeito. Se tem uma Secretaria de Educação, que é uma grande Secretaria que é da Prefeitura, a Secretária também tem que ter pulso firme, competência e resolver os problemas do transporte coletivo, do transporte escolar e da pasta em si. Eu entendo, Vereador Paulo Chagas, esse poder aqui ele é autorizativo. Nós aqui autorizamos ou não. Agora, a Secretaria de Educação precisa tomar providências, a gente sabe que tem muita coisa que ainda precisa ser colocada no lugar mas já está passando da hora, Vereadora Jaciara. Nós ganhamos a eleição em outubro. Tem todo um tempo para fazer um planejamento. Agora que esse planejamento seja feito sim, junto ao Executivo, ao Legislativo, cada um na sua função. Agora a Secretaria de Educação já era para ter feito as estradas com maquinário da agricultura, como foi planejado, da Secretaria de Obras. Tem que cuidar. Agora, o que depender desta Casa encaminhe para cá solicitando autorização que nós vamos dar essa autorização, nós estamos aqui para isso, para fazer a nossa parte. Agora, se toda hora que a gente for sentar para discutir um problema, aí fica um impasse aqui, uma dúvida ali, uma falta de alguma coisa em outro lugar aí nunca vai acontecer nada. As aulas já estão prejudicadas, o ano letivo já foi prejudicado com o problema da

segurança. Eu acho, Vereador Paulo Chagas, que nós temos que colocar mais responsabilidade sobre quem realmente tem que ter responsabilidade, a nossa nós vamos cumprir. Esta casa não foi chamada em nenhum momento pela Educação para poder discutir algum problema, em nenhum momento. Então assim, eu acho que nós temos sim que fazer a nossa parte e ajudar naquilo que é possível e preciso, mas cada Secretário com a sua responsabilidade.” O Vereador Paulo Chagas disse: “Ontem nós tivemos já um ensaio de um acidente com um ônibus, eu sou o Vereador que mais visito e estou interagindo com agricultura, com obras com todo mundo. Estou lá para ajudar, até recuperar patrol, máquinas se for possível. Eu busco parceria dentro e fora do Município se for possível. Mas nós precisamos arrumar um jeito, os Secretários sabem disso. As licitações demoram muito, não tem um litro de combustível, não tem um carro para se visitar. Nós temos um diagnóstico pronto mostrando todos os pontos críticos, então nós não podemos ir para o conformismo e nem no achômetro. Nós temos que dar um passo de qualidade no Município de São Mateus e é para isso que eu fui eleito neste Município. Eu estou dizendo para o que vim ao Município, para o que vim à Legislatura de São Mateus, entendeu Presidente, eu vim para ser um colaborador, para interagir e construir melhor, obrigado.” O Vereador Amara continuou sua fala: “Obrigado Vereador Paulo Chagas, mas é exatamente isso que eu estou falando, a Secretária tem que resolver esse impasse, essa dificuldade. É isso que eu estou cobrando aqui. Obrigado Vereador.” Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. Em DISCUSSÃO: **Requerimento nº 018/2017.** Em DISCURSSÃO. Com a palavra o Vereador Jozair, que após pedir dispensa das formalidades legais, assim disse: “Só para informar, passou o tempo e eu não falei. Eu estive essa semana com um Magistrado aqui do Município e ele me relatou que existem mais de 300 mil reais na conta do CNJ, Conselho Nacional de Justiça, e esse dinheiro ele não pode ser utilizado pelos Conselhos. Eu falo pelos conselhos porque pega aqui, pega Jaguaré também, Conceição da Barra, pega os Municípios vizinhos. Mas porque que não é utilizado, já que nós estamos órgãos de Governo? Então nós vamos ter que utilizar os Conselhos. Botar o Conselho de Segurança para funcionar e utilizar este dinheiro. Porque que não estamos utilizando? Porque não tem documentos hábeis. Os Conselhos precisam ser fortalecidos, reativados. Então já há uma pré-conversa para a gente estar conversando com o ex-Presidente ou o Presidente atual que ainda continua lá. Mar para a gente estar buscando esses documentos e utilizar este dinheiro. Sabe porque? Estou falando isso com vocês com a preocupação de que o Governo não vai olhar para a gente aqui não. O Governo está preocupado lá com a Capital. Então nós vamos ter que trabalhar melhores condições para a nossa segurança, porque é para nós mesmos e eu faço parte dessa população que vive ali ó, encurralada, então por isso que eu esqueci essa parte aí em tempo aqui de poer voltar e falar.” O Vereador Paulo Chagas tomou a palavra e disse: “Eu queria ajudar o Vereador Jozail e lembrar a sociedade que está presente que da mesma forma que existe esse recurso aí, no ano passado São Mateus perdeu em média 15 milhões de recursos da Caixa Econômica por falta de projeto. Nós não podemos permitir isso. Nós não somos os filhos das trevas nós somos os filhos da luz, e agora atualmente a Caixa Econômica tem em média 20 milhões para aplicar em São Mateus. Com quem podemos contar? Onde podemos buscar os reforços, reforçar os

projetistas, as demais habilidades que tem aí para que a sociedade seja contemplada. Com tanto desemprego, com tanta fome, com tanta falta de educação que nós temos, os recursos estão aí, perdemos saindo pela lateral e está naufragando o barco e nós com o remo na mão, nós não podemos permitir isso gente. Obrigado, é isso que eu queria colaborar com vocês.” O Vereador Jozail assim disse ao retomar a palavra: “Gostaria de pedir a vocês qualquer informações que vocês tiverem também com relação a qualquer fato novo, que de repente não seja do nosso conhecimento. Essa informação eu fui buscar lá no fórum e fui muito bem recebido pelo Magistrado lá, não vou ficar aqui citando nomes porque foi uma conversa informal e na hora certa faremos isso de forma legal, de forma documentada. Então se tiverem alguma informação importante que vocês colaborem para a gente também fazer a nossa parte. Muito obrigado.” Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. A Vereadora Jaciara tomou a palavra e disse: “Eu quero incluir o requerimento 019/2017, que esta Casa de Leis realize audiência pública com os seguimentos da sociedade com o tema Reforma da Previdência com dia e local e horário a serem definidos. Em DISCUSSÃO. Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. O Sr. Presidente tomou a palavra e se manifestou da seguinte forma: “Eu vou aqui, em tempo, pedir ao Secretário que faça a leitura deste requerimento.” O Secretário assim procedeu à leitura do Requerimento. O Presidente se manifestou da seguinte maneira: “Obrigado secretário. Defiro o pedido e após o término desta sessão convoco uma extraordinária para votarmos o projeto de Lei Complementar 001/2017 em 2º Turno.” Em DISCUSSÃO: **Moção nº 003/2017**. Em DISCUSSÃO: O Vereador Amaro pediu a palavra e disse: “Eu quero, Sr. Presidente, além de pedir o voto dos nobres colegas que pudessem todos assinar essa Moção de apoio, inclusive Vossa Excelência como Presidente desta Casa, para que encaminhasse ao Senado Federal com a assinatura da Presidência desta Casa e dos nobres colegas Vereadores. Obrigado.” O Sr. Presidente tomou a palavra e disse: “Para falar a verdade para Vossa Excelência, vai ser a primeira vez que eu dou um voto para um Senador do PT, diga-se de passagem o Senador Paulo Pain realmente é um diferencial no PT, não são todos, você não pode pegar um cacho de bananas, no caso, e jogar fora não é? Aproveita as bananas boas, é isso que eu quis dizer, Vereadora Jaciara. Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. Ítem 2.2, em Primeiro Turno **Projeto de Lei Complementar nº 001/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Revoga o § 13 do Artigo 109 da Lei Municipal 237 datada de 02 de setembro de 1992”. Em DISCUSSÃO: Com a palavra a Vereadora Jaciara, que após pedir dispensa das formalidades legais, assim disse: “Esse é o tal projeto que encerra a estabilidade financeira no Município que já foi colocado aqui, a gente de uma certa forma já discutiu sobre isso e eu já coloquei que a estabilidade financeira não pode ser considerado um benefício para o servidor público ela é na verdade apenas para pequenos grupos, não é algo que extenso à qualquer servidor e por ele ser um bom trabalhador ele terá direito à esse benefício. Na verdade é só quem tem a possibilidade de um dia vir a ter cargo comissionado para servidores que vão trabalhar 30 ou 35 anos se homem ou mulher 25 ou 30 no caso do Magistério. Apenas 5 anos você ter o direito de receber o salário desse cargo comissionado, ou 06 anos alternados numa vida aí de 30 anos de serviço é um absurdo porque isso causa aos demais servidores, 90% aí dos servidores um grande problema como a

gente já viu em diversas situações e em diversos questionamentos o portal da transparência e dar uma olhada no salário de alguns servidores aí que tem a estabilidade financeira. Então a votação deste projeto, na verdade, pelo que eu tenho ouvido aqui dos Vereadores, todos são a favor de acabar com a estabilidade e financeira neste Município e eu penso que a gente está fazendo a coisa certa porque muitas coisas ainda virão em relação ao servidor público, nós estamos aí já vai para dois anos sem reajuste salarial, que é Constitucional, que é o mesmo problema que a PM está vivendo, que o servidor público estadual está vivendo, o servidor público de São Mateus também. A Constituição diz que tem que ter reajuste pelo menos da inflação, é Constitucional isso e esta parte da Constituição é simplesmente esquecida. Os servidores provavelmente daqui a alguns meses vai estar aqui questionando isso também, então a gente pode aguardar e não podemos deixar que esse tipo de situação, lógico que esta estabilidade quem já tem já tem, já adquiriu o direito, mas daqui para frente a gente não vai poder mais ouvir falar que a estabilidade financeira vai dar problemas futuros para as discussões que envolvam o servidor público. Então eu peço que votem aí favorável à retirada deste parágrafo da Lei 237, que é o Estatuto do Servidor Público, para a gente dar um pouquinho mais de moralidade para este Município. Eu agradeço, uma boa noite.” Com a palavra o Vereador Amaro, que após pedir dispensa das formalidades, assim se manifestou: “Eu gostaria de aproveitar e esclarecer um pouco mais a questão da estabilidade financeira. Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, que existem bons funcionários que receberam por merecer e que existem pessoas que iriam receber por merecer, mas sabemos também que a estabilidade financeira ela acaba sendo um apadrinhamento, que é um benefício que não chega para todos os funcionários efetivos como deveria chegar. Então a gente segue essa linha, eu, particularmente, o meu voto será baseado nisso, se fosse um benefício que fosse viável e chegasse, houvesse uma perspectiva real para todos os funcionários efetivos seria até interessante, mas isso envolve ao mesmo tempo uma pequena leva de funcionários e que acaba causando um prejuízo para a leva maior. Então eu acho que esta Casa de Leis está fazendo hoje aqui Sr. Presidente um ato que ficará na história deste Legislativo. A estabilidade financeira eu penso que é um mal, é um mal para muitos como eu aqui falei, então eu vou votar, Vereadora Jaciara, favorável seguindo esta linha, com este pensamento. Isso era para ter sido feito eu acho que há muito tempo, porque hoje o Município se encontra numa situação difícil, financeiramente falando, e tudo isso colabora para poder dificultar a valorização e talvez até o benefício coletivo para todos os funcionários públicos do Município de São Mateus. Portanto, Vereadora, o meu voto será favorável, mas eu queria deixar claro aqui porque que vou votar favorável, obrigado.” O Sr. presidente assim disse: “Não cabe mais discussão. Eu só quero colocar aqui que desde 1992, são 24 anos, quase 25, esse projeto já teve ao longo da inha vida pública, desde 07, surgiram alguns ensaios para que ele fosse aprovado nesta Casa e foi difícil e hoje na reunião com os nobres pares eu falei para eles que uma minoria vai nos odiar. Aquele que estão prestes a conseguir tal pleito. Mas para o servidor na sua maioria, para a população, com certeza, vai olhar para esta Casa com bons olhos. Eu quando falei no início desta Legislatura na nossa primeira sessão, se eu não me engano foi dia 10 de janeiro, eu falei que esta Câmara era uma Câmara diferenciada, não desmerecendo

as outras Câmaras, os outros pares, mas esta Câmara é uma Câmara diferenciada das outras, porque eu percebi em cada companheiro aqui desta Casa a vontade de mostrar serviço, a vontade de trabalhar, a vontade de mostrar que está do lado do povoe e isso prova neste momento, um momento ímpar, triste para alguns mas muito bom para os cofres públicos, muito bom para a sociedade de um modo geral. Na semana passada fizeram até uma caricatura minha e botaram aí nas redes sociais, fiquei até bonito, diga-se de passagem quem fez, porque capricharam lá, e botaram lá que eu tinha engavetado o projeto, que eu era contra o projeto, falaram um monte de situações, que não é verdade. Eu sou favorável ao projeto eu não voto na condição de Presidente, mas se tivesse empatado 5 a 5 eu votaria pela aprovação do projeto. Sou a favor do projeto, sou a favor da mudança. Só deixar bem claro que aqueles que já adquiriram os seus direitos não serão tocados, quem adquiriu, adquiriu. A partir de hoje ninguém mais vai adquirir a estabilidade financeira no desvio de função. Algumas pessoas me perguntavam o que era a estabilidade, como era que conseguia a estabilidade. Acontecia muito, em época que tinha concurso público, aquela pessoa que tinha uma formação melhor ia lá e fazia um concurso para vigia, porque sabia que era fácil passar e aquele cidadão mais simples que só tinha a quinta série e que queria realmente ser um vigia ele não ia passar porque este mais sabido estava fazendo para ocupar a vaga que seria dele. Porque? Como disse o Vereador Amaro, depois vinha os privilégios de A, de B, de C e cada um ficava 5 anos consecutivos no desvio de função, aquele que era vigia, nosso amigo finado, amigo que já não faz parte mais aqui da nossa convivência, amigo do Temperinho também, o ex Vereador desta Casa, Presidente também, Wallace Dutra, ele era vigia e adquiriu a estabilidade pelo desvio de função como Secretário. Era considerado na época o vigia mais bem pago do Brasil, mas hoje oque está sendo votado aqui é para não acontecer mais esse tipo de distorção com a coisa pública. Então por este motivo está sendo votado aqui agora em 1º turno o requerimento lido aqui pelo Vereador Secretário Ajalírio é para que após esta sessão eu vou convocar uma nova sessão extraordinária para votar em segundo turno e amanhã ser encaminhada para o Prefeito para que ele sancione essa Lei que não deixa de ser uma mudança importante para o Município de São Mateus. Em DISCUSSÃO. EM VOTAÇÃO. Aprovado por unanimidade o projeto de Lei Complementar 001/2017. **Projeto de Resolução nº 002/2017**, de autoria do Poder Legislativo, que “Altera o Artigo 65 da Resolução Nº 003/2009, datada de 01 de junho de 2009 – Regimento Interno”. Autoria: Todos os Vereadores. Em DISCUSSÃO. Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade em Turno Único. O Sr. Presidente tomou a palavra e assim se pronunciou: “ Só lembrando que acontece até hoje, as Comissões, todos os projetos que chegam aqui do Executivo ou do Legislativo, só para vocês entenderem o trâmite, ele é lido nesta Casa e depois distribuído para as Comissões. Nós temos 04 Comissões permanentes e nestas Comissões são debatidos entre 04 Vereadores que compõem cada Comissão e essas reuniões são feitas no dia das sessões às 18hs. Como a gente está percebendo que muitas vezes vai se iniciar as sessões da Câmara no horário regimental que é as 18hs, há um atrapalho que não da tempo de fazer os pareceres, por esse motivo foi sugerido e foi encampado por todos os pares a mudança de horário a partir da próxima sessão será na segunda feira às 16hs.” **Projeto de**

Resolução nº 001/2017, de autoria do Poder Legislativo, que “Dispõe sobre as verbas indenizatórias do exercício parlamentar e dá outras providências”. Autoria: Mesa Diretora. Em DISCUSSÃO. Em VOTAÇÃO: Aprovado por Unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Sr Presidente convocou uma Sessão Extraordinária para votação em 2º Turno do Projeto de Lei Complementar 001/2017 e declarou encerrada a presente Sessão, e, para constar, eu....., Ajalírio Caldeira Vargas - Secretário, conferi a presente Ata, que por estar em conformidade será assinada por mim, pelo Sr Presidente e demais membros da mesa.

CARLOS ALBERTO G. ALVES
Presidente

JORGE LUIZ RECLA DE JESUS
Vice-Presidente

AJALÍRIO CALDEIRA VARGES
1º Secretário

FRANCISCO AMARO DE A. OLIVEIRA
2º Secretário